

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

**Ata da Reunião do Pleno Extraordinário (Híbrida) do Conselho Municipal de Assistência Social do Recife - CMAS**

**Ata do Pleno do CMAS de Nº 306**

**Local Virtual: <https://meet.google.com/icp-gpwh-sgp>**

**Data: 26 de maio de 2022**

**Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte dois, às 14:00 horas, através da conexão: <https://meet.google.com/icp-gpwh-sgp>, realizou-se a Reunião do Pleno Extraordinário do CMAS, sob a coordenação de Edson de Souza Lima - Presidente do CMAS, com a seguinte pauta proposta:**

- 1. Palavra do Presidente;**
- 2. Apresentação e Votação da Pauta;**
- 3. Demandas das Comissões:**
  - 3.a. Comissão de articulação e política: Mudança de horário da Reunião Interconselho s- 15/06 - Auditório CAPIBA - 15º andar- PCR -09 às 12hs;**
  - 3.b. Comissão de Normas e Fiscalização: Solicitação de Inscrição de 1 Entidade: “Estrela do Deserto”; Deliberação sobre Normatização nº03/2022 CMAS: Elaboração do Plano e Relatório de Atividades**
  - 3.c. Comissão de Orçamento e Finanças: Deliberação sobre Demonstrativo do 1º Quadrimestre Financeiro 2022 - FEAS: Plano de Monitoramento e Fiscalização dos recursos da Política de Assistência Social da cidade do Recife**
- 4. Informes;**
  - 4.1. Repasse das Informações da 15º Conferência Municipal de Saúde.**
  - 4.2. Semana do Bebê 2022 - Informe de Silma Paula.**
  - 4.3. Informe de Fagner Valença.**
  - 4.4. Informe de José Nilton.**

**Estiveram presentes as/os conselheiras/os: Edson de Souza Lima - Presidente do CMAS; Silma Paula - Secretária de Direitos Humanos - SDSDHJPD; Jailson Santos - Representante de Usuários; José Nilton - Representante Usuários; Cybelle Oliveira -Sociedade Bíblica Brasil (SBB); Telma Muniz - CIEE; Barbara Siqueira -Núcleo de Apoio a Crianças com Câncer (NACC); Silma Paula - Sec. Executiva de Direitos Humanos; e a equipe do CMAS: Ystefhani Barbalho - Secretária Executiva do CMAS e Mônica Albuquerque - Assistente Social do CMAS. Justificaram a ausência: José Teofilo - Secretária de Planejamento; Sueleide Duque - Sec. De Educação; Luziana Maranhão - Associação dos Terapeutas Ocupacionais de PE (ATOPE); Aline Carla R. da Silva - Sec. De Saúde; Kadja Camilo - CASAROSA; Wanderson Nunes - CRP/PE; Auxiliadora Pires - Sec. De Governo e Part. Social; Rayane Thais - Instituto Solidare.**

Edson faz a primeira chamada da reunião às treze horas e trinta minutos, e a segunda chamada às quatorze horas. Edson lê os pontos de pauta e logo após lê um poema da autora Maria Carolina de Jesus. Após a palavra do presidente, Edson volta a ler os pontos da pauta, colocando-os em votação. Fagner pergunta se seria possível incluir um novo assunto na pauta, que seria sobre a Renda Básica e algumas propostas de encaminhamento para o funcionamento, Edson responde que

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

se for um assunto de organização do Pleno, podemos tratar na reunião Comissão de Articulação e Política, e em relação a renda básica podemos colocar como informe. Edson pergunta se mais alguém quer opinar sobre a pauta, mas não houve nenhuma solicitação. Sendo assim, o pleno aprova a pauta, encerrando o segundo ponto de pauta. Iniciando o terceiro ponto de Pauta, referente às indicações das Comissões, sendo o primeiro da comissão de Articulação e Política. Edson informa que foi necessário fazer a alteração no horário da reunião Interconselhos, a ser realizada no dia 15 de junho, agora programada para o período da manhã, pois Edson não poderá estar presente no período da tarde. O auditório já foi comunicado, e eles confirmaram que estarão livres no horário solicitado. Os convites já foram enviados para todos os conselhos ativos da prefeitura do Recife, para comparecerem ao Fórum Interconselhos, que será no dia 15 de junho, às 09:00 horas, no auditório do 15º andar da prefeitura. Edson também faz o convite aos conselheiros(as) para comparecerem na reunião Interconselhos. Indo para o segundo ponto das Comissões, Edson fala sobre a Comissão de Normas e Fiscalização, onde tem a solicitação de uma entidade para a inscrição, que é a entidade “Estrela do Deserto”, e a explicação do projeto AFMA Cultural. Mônica assume a fala sobre a inscrição da entidade Estrela do Deserto, na qual fez a visita junto com Edson no dia 24 de maio, e informa que na ocasião foram recebidos pela assistente social Eglene e também por Marize Giane dos Santos, que é a gerente do projeto. Elas informaram da existência deste trabalho há 2 anos, criado no começo da pandemia do coronavírus, com ações assistencialistas, e logo depois foi se ampliando, e hoje o projeto tem como objetivo: capacitar e desenvolver pessoas através de diversas atividades educacionais físicas, culturais, empreendedorismo para jovens aprendizes, estímulo a leitura, orientação jurídica de direito e deveres civis, preparação para o mercado de trabalho, orientação financeira e nutricional, aplicação de métodos e terapias integrativas. O público alvo são jovens a partir dos 18 anos, adultos e famílias que vivem e residem nas comunidades do Pina, Brasília Teimosa e adjacências. A equipe é formada pela gerência, contadora, assistente social, psicóloga, auxiliar de serviços gerais, auxiliar administrativo, auxiliar operacional, e um técnico em marketing, com total de 12 pessoas, e desta equipe apenas dois são contratados e os restantes são voluntários. Os recursos que mantêm essas atividades são provenientes da gráfica Copymais, do Hotel Marante, e das vendas através de um bazar solidário, além de doações. A entidade, no âmbito das ações, operacionaliza 8 projetos: “Mercado solidário”, “mudas que mudam”, “bazar solidário”, “saúde integrativa”, “incentivo a pequenos negócios”, “Projeto Reformar”, “Asas da leitura”, e “Ser integral”. Atingindo assim as suas diversas ações, e essas ações atingem em média 120 famílias nas redondezas do bairro de Brasília Teimosa. A sede está passando por reformas, e por isso as atividades acontecem em alguns locais no mesmo bairro, que disponibilizam o seu espaço, e os parceiros são algumas entidades que integram o CMAS. Dentre esses 8 projetos, está incluso “Mercado Solidário”, que atende em média 150 famílias em

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

situação de vulnerabilidade social, e acontece 3 dias no mês. nesta ação acontece a distribuição de cestas básicas, materiais de limpeza, higiene pessoal, roupas seminovas, livros e plantas medicinais. Também tem o “projeto reformar”, que acontece quando ocorrem algumas visitas domiciliares, onde são observados algumas necessidades gritantes de reformas, principalmente em banheiros que não têm privadas, e nem objetos de higiene básica. O 3º projeto é o “Bazar Solidário”, que é onde acontece a captação e venda de roupas seminovas e distribuição dessas roupas para famílias em situação de vulnerabilidade social. O 4º projeto é o “Ser Integral”, um curso destinado a jovens, para prepará-los para o mercado de trabalho, contando com as seguintes disciplinas: Leis trabalhistas, educação financeira, direitos e deveres, interpretação de texto, saúde integrativa, comportamento consciente no mercado de trabalho e consciência corporal. E para este projeto, a entidade conta com a parceria de empresas, para encaminhar alunos para o primeiro emprego. O 5º projeto, “Mudas que Mudam”, é um projeto focado em realizar plantações para distribuição de ervas medicinais e árvores frutíferas, onde eles estão com um plano de distribuir mil mudas para serem plantadas pelo bairro de Brasília Teimosa e pelas redondezas. O 6º projeto, “Saúde Integrativa”, é onde existe a aplicação da prática do reiki e pode acontecer tanto presencial quanto remota. E 8º e último é o “Projeto Pequenos Negócios”, que é um incentivo para pequenos empreendedores da comunidade do Pina, para que possam amplificar o seu negócio, onde são beneficiadas mais de 150 famílias. Edson segue dizendo que achou muito interessante o formato em que eles desenvolveram os projetos, e que é uma ramificação dentro de uma comunidade, além de abranger outras comunidades da região. Como Mônica disse, eles têm parceria com outras entidades que fazem parte do CMAS. Tem como principal suporte a gráfica Copymais, onde as representantes dessa gráfica fundaram e desenvolvem a entidade, e parece ser uma proposta muito interessante para a comunidade e usuários atendidos. Mônica explica brevemente a apresentação em slides sobre a Entidade “Projeto Estrela do Deserto”, e as fotos do dia da visita realizada. Neste dia estava havendo uma palestra especial do dia das mães onde eles falaram sobre o câncer de mama, câncer de útero e orientam em relação ao tratamento e também sobre prevenção de DST's e higiene bucal. Edson informa que o parecer técnico do CMAS foi favorável a inscrição, que a entidade foi apresentada na reunião de Comissão de Normas e Fiscalização, e esta também deu parecer positivo para a inscrição, com a presença dos seguintes conselheiros: Márcia Melo, Kadja Camilo, Telma Muniz, Robson Pessoa, Edson Lima e José Nilton. Edson pergunta aos participantes da reunião se eles querem pontuar alguma coisa sobre a entidade ou fazer alguma pergunta, mas não houveram dúvidas ou apontamentos. Passando para o processo de deliberação da inscrição da entidade, e com a maioria dos votos sendo positivos, a entidade Estrela do Deserto foi aprovada para inscrição no CMAS. Mônica cita que também deveria ter sido apresentada a entidade AFMA, para inscrição de um Projeto que acolhe crianças, jovens e adolescentes no entorno do bairro de Santo Amaro e Ilha

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

de Joaneiro, mas devido a pendências de documentos, não foi possível apresentar na reunião de Normas e Fiscalização. Edson ressalta que já tinham realizado as visitas à AFMA, mas como estão com pendências de documentação, por isso não será possível a apresentação para a votação. Seguindo, Edson fala sobre a normatização do CMAS, número 03 de 2022, que é sobre a elaboração de plano de ação e relatório de atividades anuais das entidades inscritas no CMAS. Edson afirma que a comissão de normas e fiscalização, em seu planejamento anual, planejou fazer uma normatização por mês, para que o CMAS no ano de 2022 possa pautar as principais questões que precisam ser deliberadas e estabelecidas. Antes essas questões eram apenas abalizadas por orientações nacionais, e não havia nenhuma orientação municipal deste conselho em relação a estes aspectos. Já elaborou-se a primeira normatização, que foi em relação às visitas de fiscalização, a segunda normatização que foi em relação às participações em eventos, e agora a terceira normatização, que em relação ao plano de ação e relatório de atividades anuais das entidades socioassistenciais no município do Recife. Em relação a normatização 03, foi feito um preâmbulo para ajudar na explicação antes de começar a normatização. Essa normatização é baseada nas resoluções do CNAS nº 14/2014 e 32/2021, nas quais definem os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social. A resolução 014 é bem conhecida pelas entidades e ela que vai reger, como a entidade se inscreve no CMAS. A resolução de número 32/2021, é a resolução que vai deliberar pelo conselho nacional de assistência, que enquanto perdurar a situação de pandemia pela COVID-19, as entidades têm até o dia 31 de dezembro para enviar os relatórios e planos de ação, e também afirma que os conselhos levem em consideração essa situação de pandemia, para não fazer o cancelamento das inscrições de entidades se elas tiverem algumas alterações no relatório e no plano de ação. Edson explica o texto da normatização que é dividido em cinco partes: A primeira parte são as orientações básicas para a elaboração do plano de ação e relatório de atividades anuais; a segunda parte é a formatação do texto e imagem; a terceira parte, itens necessários; A quarta parte, que são os itens opcionais; E a quinta parte, disposições finais. Edson começa explicar todas as partes da normatização, começando pelo item 1, que são as orientações básicas para a elaboração do plano de ação e relatório de atividades anuais. O 1.1 refere-se ao prazo de entrega, conforme a resolução de nº 032, afirmando que enquanto perdurar a pandemia do COVID-19, o prazo para a entrega do relatório do plano de ação será prorrogado até o dia 31 de dezembro; 1.1.1 após o término da situação mencionada acima, o CMAS informará por e-mail e em Pleno, a mudança no prazo para o dia 30 de abril, provavelmente a partir do ano de 2023; 1.2 formato de entrega: Impresso e assinado pelo(a) representante legal, na sala do CMAS, 6º do edifício sede da Prefeitura do Recife, de segunda a sexta-feira, das 8:00 as 17:00hs; 1.3 em caso de dúvidas na elaboração do plano de ação e relatório de atividades, a equipe técnica e secretaria

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

executiva poderá responder através dos meios de comunicação ou em reunião presencial com a respectiva entidade, mediante o agendamento prévio; 1.4 os documentos entregues referente ao ano de 2022 (plano de ação) e 2021 (relatório de atividades) não precisarão ser modificados, em razão dessa normatização. Edson explica que tem entidades que já entregaram o plano de ação 2022 e relatório de 2021, e por isso essas entidades não precisarão se adequar a essa normatização, nem as entidades que irão se inscrever neste ano. Edson diz que Kadja deu a ideia do CMAS utilizar um exemplo de alguma entidade que tenha o Plano de Ação e Relatório de atividade bem estruturado para que se possa utilizá-lo como exemplo. E também pensar em um momento de diálogo com as entidades, para tanto trazer um exemplo de documentação que esteja seguindo essa normatização, como para dialogar, tirar dúvidas. Passando para o item 2 da Normatização, que tem o seguinte título: Formatação do texto e imagens. O 2.1: títulos e subtítulos: estes devem estar em negrito, letra Times New Roman ou Arial, número 14, centralizado. O 2.2: Textos em geral: letra Times New Roman ou Arial, número 12, espaçamento 1,5, justificado. O 2.3. Não se limita a quantidade mínima ou máxima de páginas desses documentos; 2.4 a entidade poderá acrescentar fotos no relatório de atividades, de forma opcional, no item anexos ao final do documento. O 2.5 tamanho máximo de imagens: até 8 cm x 8 cm. O 2.6 refere-se a quantidade máxima de imagens por item: até três em cada aspecto do documento, quando necessário. A parte 3 tem o seguinte nome: Itens necessários. Edson cita que baseou-se na resolução nº 014/2014, e trouxe de uma forma mais explicada para as entidades o que cada item precisa constar no plano de ação e relação aos relatórios de atividades; Primeiramente tem-se a conceituação de cada documento: Em relação ao Plano de ação, é uma perspectiva organizada e que segue uma metodologia para definir metas e objetivos, as atividades que devem ser realizadas, apontar os responsáveis por desenvolver cada uma delas e acompanhar o andamento de um projeto ou entidade, para que se possa atingir os melhores resultados. Item 3.1.1 - na forma de escrita deve ser utilizado o tempo verbal do futuro, por se tratar de um plano, ou seja com vista a ser realizado no ano previsto. Edson menciona que os itens a seguir são os itens da resolução nº 014, e que não pode-se alterar. Item 3.1.2 - finalidades estatutárias: reproduzir os mesmos itens conforme estatuto da entidade. Item 3.1.3 - objetivos: elencar quais os objetivos referentes ao plano de ação. Caso haja vários elementos diferentes, então apontar cada um. Item 3.1.4 - origem dos recursos: identificar quem são as/os mantenedoras/es ou financiadoras/es. Item 3.1.5 - infraestrutura: apontar os elementos físicos da entidade (quantidade de espaços, equipamentos físicos, entre outros). Item 3.1.6 - identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial, informando respectivamente. Item 3.1.6.1 - público alvo: abordar o perfil de quem será atendida(o). Item 3.1.6.2 - capacidade de atendimento: apontar a quantidade prevista. O item 3.1.6.3 - recursos financeiros a serem utilizados: elencar cada item dos recursos. Item 3.1.6.4 - recursos humanos envolvidos: identificar as pessoas que estarão na execução. Item

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

3.1.6.5 - abrangência territorial: descrever a(s) região(ões) político-administrativas (RPA's) e bairros envolvidos; 3.1.6.6 - demonstração da forma de como a entidade ou organização de assistência social formentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação. Sobre a parte 3.2, referente ao Relatório de atividades: é um documento que visa apresentar um resumo de atividades realizadas bem como informar os dados e resultados executados com elas. Item 3.2.1 - Forma de escrita: deve ser utilizado o tempo verbal do passado, por se tratar de um relatório, ou seja, com vista a ser apresentado o que aconteceu no ano previsto. Item 3.2.2 - finalidades estatutárias: reproduzir os mesmos itens conforme Estatuto da entidade. Item 3.2.3 - Objetivos: elencar quais os objetivos referentes a esse relatório, caso haja vários elementos diferentes, então apontar cada um. Sugere-se a apresentação explícita de objetivos que não tenham sido contemplados no plano de ação entregue correspondente a esse ano; Item 3.2.4 - origem dos recursos: identificar quem são as/os mantenedoras/es ou financiadoras/es com apontamento do executado/realizado. Item 3.2.5 - infraestrutura: apontar os elementos físicos da entidade utilizados no ano (quantidade de espaços, equipamentos físicos, entre outros de infraestrutura que a entidade utilizou). Item 3.2.6 - identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial, informando respectivamente: Item 3.2.6.1 Público alvo: abordar o perfil de quem foi atendida(o). Item 3.2.6.2 - capacidade de atendimento: apontar a quantidade realizada. Item 3.2.6.3 - recursos financeiros utilizados: elencar cada item dos recursos executados. Item 3.2.6.4 - recursos humanos envolvidos: identificar as pessoas que estiveram na execução. Item 3.2.6.5 - abrangência territorial - descrever as regiões político administrativa (RPAs) e bairro(s) envolvido(s). Item 3.2.6.5 - demonstração de como a entidade ou organização de Assistência social fomentou, incentivou e qualificou a formação a participação de usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do seu relatório: elaboração, execução , monitoramento e avaliação. 4. Itens opcionais: é observado que em relatórios e plano de ação entregues pelas entidades, que existem outros elementos que são colocados e não são itens obrigatórios. Então é citado neste item algumas sugestões opcionais que poderá ser utilizado ou não, onde a equipe do CMAS, não precisará se atentar a análise desses itens, sendo eles: capa, contra capa, sumário, anexos, registro fotográfico e referência. 5. Disposições finais: Em casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da presente normatização serão dirigidas pela comissão de Normas e Fiscalização, Secretaria Executiva, Equipe técnica ou presidência do CMAS. A presente Normatização entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições encontradas. E assim encerra-se a Normatização nº03/2022 do CMAS. A comissão de Normas e Fiscalização deu parecer favorável a essa normatização e por isso está sendo apresentada neste Pleno. Edson informa que esse ano as entidades não precisam seguir essa norma, após o questionamento da conselheira Bárbara, e diz que a normatização vai

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

explicar cada item que vai auxiliar as entidades na sua elaboração, sendo necessária seguir ainda a Resolução nº 014/2014 do CNAS. Edson coloca em votação, a aprovação da Normatização nº 03/2022. Todos aprovaram a Normatização, e esta será organizada em Resolução para ser publicizada. O próximo item da pauta é sobre a comissão de orçamento e finanças, em relação a deliberação sobre o Demonstrativo Financeiro do primeiro quadrimestre 2022, que é demonstrado em slides. A comissão de orçamento e finanças já considerou e deu parecer favorável para esse demonstrativo financeiro, que na reunião foi apresentado por um representante do GGAF. Edson lembra que já tinha sido feito a aprovação de outros dois quadrimestre de 2021. Ele lembra que o valor desses serviços, são específicos dos recursos que vêm do Fundo estadual de Assistência Social, sem a consideração dos recursos do próprio do Município, nem dos recursos que são do Governo Federal para o Município. Não é mostrado todos os serviços da assistência, porque o recurso que vem do Governo estadual não é para todos os serviços, de todas as proteções que são executadas no Recife. No quadro apresentado, na primeira linha tem o termo: Execução financeira - cofinanciamento estadual. Na segunda linha, há 14 colunas, com os dados: número do aceite; data da publicação; meta prevista; número do banco; agência; conta do banco; o tipo de serviço; a natureza da despesa (se é custeio ou investimento). Na próxima coluna: saldo anterior; Depois recursos transferidos (do fundo estadual para o municipal); depois valor executado; a próxima coluna é o saldo parcial. Depois vem os rendimentos (refere-se ao que o dinheiro que fica na conta e não é utilizado, rende para o Município) e na última coluna o Saldo Total. Após essa explicação sobre a tabela que traz os dados, com os repasses do estado para o município, no primeiro quadrimestre de 2022, Edson inicia a explicação sobre os serviços que recebem esses repasses: o primeiro serviço descrito na tabela é o “PAIF”, com saldo em conta de R\$ 61,597,46, não teve recurso transferido do governo Estadual neste período, o Município gastou R\$15.938,96, e ficou com o saldo de R\$ 45.658,50, rendeu na conta R\$ 1.363,46, ficando com um saldo em relação ao custeio de R\$ 47.021,96. Em relação a investimento no “PAIF”, não teve recurso transferido, tinha R\$ 345,73 na conta, e este valor se mantém como saldo total porque não teve rendimento sobre ele. O próximo serviço descrito é o “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, não se tem a execução deste serviço de forma direta, e ele não teve financiamento neste período, por que ele foi desenvolvido em um período específico. Tem o valor de custeio, como saldo anterior, de R\$ 251,66, não teve recurso transferido, não teve recurso executado, com saldo parcial de R\$ 247,59, com rendimento de R\$6,40, e saldo total de R\$ 258,06, que continua na conta até uma ocasião em que o Município vai utilizar com esse serviço. O próximo serviço é o “Serviço de Atendimento às Medidas Socioeducativas em Meio Aberto”, que, com a natureza da despesa sendo custeio, tinha o saldo anterior de R\$ 39,99, Não teve recurso transferidos, rendeu R\$1,02, e tem como saldo total agora R\$41,01. O Próximo serviço descrito é “Fomento aos serviços de Promoção da

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

Segurança Alimentar e Nutricional - Cozinhas Comunitárias”, este tinha na conta o saldo anterior de R\$13.234,75, houve uma transferência de R\$5.992,50. O Município executou o valor de R\$ 8.240,00, ficou um saldo parcial de R\$ 10.987,25, e esse saldo rendeu R\$ 401,25, ficando com um saldo total de R\$11.388,50. Em relação ao serviço “Casa Lar”, que são convênios com entidades para prestarem serviço de Alta Complexidade, este tinha em conta R\$ 111.447,50, não teve recurso transferido pelo governo estadual nesse período, executou R\$ 104.999,31, ficando com um saldo parcial de R\$ 6.448,19. Rendeu na conta R \$1.712,69, o Município tem um saldo total de R\$ 8.160,88. Em relação ao serviço “Benefício Eventuais”, este tinha um saldo anterior de R\$ 844.399,77 na conta, não teve recurso transferido nesse período. Teve o valor executado de R\$29.386,00, ficando com saldo parcial de R\$ 815.013,77, rendeu R\$ 21.110,81, restando o saldo total de R\$ 836.124,58. O último item, em relação aos repasses do fundo estadual para o fundo municipal, é a “Emenda Parlamentar da Deputada Estadual Juntas”, que tinha o saldo anterior de R\$ 60.636,98, não houve recurso transferido e não houve recurso executado. O saldo parcial é o mesmo valor, rendeu na conta R\$1.543,92, ficando com saldo total na conta de R\$ 62.180,90. Juntando todos os valores de custeio, em relação a todas as contas, de todos esses serviços, se tem hoje o total de R\$ 965.175,89. E somando tudo que tem relacionado a investimento, tem-se o total de R\$ 345,73. Esses são os valores repassados do Fundo Estadual para o Fundo Municipal, neste primeiro quadrimestre de 2022. Edson informa que a comissão de Orçamento e Finanças já deu o parecer favorável, e que o documento com os repasses citados tem 70 páginas, porque tem todos os demonstrativos contábeis de quando o recurso entrou nas contas, e do que foi utilizado, para que os conselheiros(a) possam verificar esses valores. Edson abre o espaço para quem quiser fazer perguntas ou considerações. Robson questiona sobre os anos que aparecem no relatório, onde aparece a prestação de contas de 2013. Edson explica que essa data é referente a publicação do aceite, que é quando o Município aceita receber o recurso do Governo Estadual para realizar esse serviço. E desde esse período, quem estava no CMAS, antes dessa gestão, era apresentado esses valores repassados a cada 4 meses. E assim vai-se analisando e acompanhando os valores de cada quadrimestre. O que tem de saldo total na conta vai ser o saldo anterior, e outros recursos vão ser modificados com os meses seguintes. Edson coloca para aprovação, ou não, o demonstrativo do primeiro quadrimestre de 2022, do fundo estadual. A maioria foi favorável à aprovação desse quadrimestre. A aprovação vai ser publicada no diário oficial e repassado para o Fundo Estadual, a aprovação do CMAS. Prosseguindo com a reunião, Edson passa para o próximo item da pauta: o Plano de Monitoramento e Fiscalização dos recursos da Política de Assistência Social da cidade do Recife. Edson explica que uma das funções da Comissão de Orçamento e Finanças, é a elaboração do Plano de Monitoramento e Fiscalização dos recursos da Política de Assistência Social, por isso houve a elaboração do documento. Edson apresenta em slide o documento, e explica que esse Plano foi feito de forma inédita,



**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

já que não tinha sido elaborado anteriormente neste Conselho, um Plano de Monitoramento de Fiscalização de Orçamento e Finanças. A Comissão elaborou esse primeiro Plano, podendo este ser modificado ano que vem. Edson faz a leitura do documento, onde no primeiro item consta a apresentação: “Esse plano se apresenta diante da necessidade estrutural da função específica e legal do CMAS no viés financeiro e orçamentário. Em relação ao monitoramento, a compreensão presente neste plano consiste em, através de uma citação de alguns autores e autoras, que coloca-se que o monitoramento diz respeito ao acompanhamento contínuo, cotidiano por partes de gestores e gerentes do Desenvolvimento de Programas e Políticas em relação aos seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão de programas, devendo ser capaz de prover informações. É realizado por meio de indicadores produzidos regularmente em bases, em diferentes fontes de dados que dão aos gestores informações. Nesse sentido, a fiscalização dos recursos também apresenta o entendimento, conforme a Escola Nacional de Administração Pública – ENAPE, quando indica que faz parte do controle institucional por competência legal a aplicação dos valores orçados e gastos na esfera Municipal”. Por exemplo, no foco desse plano. Então é citado: na Resolução do CMAS nº 41/2021, aprova o regimento interno do Conselho, publicado no Diário Oficial, e no artigo 16, entre as atribuições da comissão, corresponde a elaboração do referido plano. Por fim, promoverá a assertividade e eficiência em cumprir o aspecto fundamental do CMAS. Em relação aos objetivos, o item “Objetivo geral: Elaborar um documento orientador de monitoramento e fiscalização dos recursos da política pública de assistência social do Recife para a gestão do biênio 2021 - 2023 no CMAS.” Quanto aos objetivos específicos: “elencar aspectos de monitoramento e acompanhamento dos recursos da assistência social do Recife; desenvolver estratégias de execução para fiscalização dos recursos de Assistência social do Recife e suscitar resultados esperados para monitorar e fiscalizar aspectos orçamentários e financeiros da Assistência social”. No Item “ estratégia de execução”, o documento afirma que estas vão acontecer “na dimensão dos níveis da administração pública, a partir dos valores municipais, estaduais e federais, transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social. Periodicamente a comissão de orçamento e finanças realiza o monitoramento, através da análise dos dados orçamentários e financeiros prestados pela secretaria, e em seguida é apresentado o parecer para o Pleno, para deliberação final. Além disso, a contribuição das questões orçamentárias LDO e LOA nos prazos correspondentes no Biênio 2021/2023, além da participação encaminhada para o PPA no ano anterior. No aspecto quadrimestral, o demonstrativo sintético financeiro solicitado pelo Governo do Estado de Pernambuco quanto aos recursos transferidos desse nível, principalmente na implicação dos serviços, programas, projetos e benefícios cofinanciados”, que é o que acabou de fazer neste Pleno, em relação ao demonstrativo do primeiro quadrimestre de 2021/2022. Continuando a leitura, “De acordo com o fluxo no CMAS, o parecer da comissão de orçamento e finanças e

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

posterior deliberação do Plano Ordinário ou extraordinário do Conselho para publicação no Diário Oficial. Além disso, anualmente tem a prestação que é exigida pelo TCE de PE, o CMAS faz a análise e deliberação quanto aos recursos financeiros da política de assistência, através da prestação de contas geradas da secretaria responsável. Esse processo ocorre no início do ano, para aprovação das contas municipais do exercício anterior, o que já aconteceu no ano de 2022, no mês de fevereiro. Além disso, o Ministério da Cidadania requer a deliberação dos Conselhos, em relação à prestação de contas anuais, o qual será realizado com o parecer da comissão de Orçamento e Finanças, além de posterior análise pelo Pleno Ordinário ou Extraordinário do CMAS Recife”. Essas são as estratégias de execução, que foram colocadas no Plano. Em seguida, Edson faz a leitura dos “resultados esperados”: “Aprovação dos demonstrativos financeiros trimestrais 2021/2023 em relação ao CMAS de Recife, referentes aos recursos transcritos pelo Fundo Estadual de Assistência; deliberação dos recursos financeiros anuais e a política de assistência Social no Município; realização mensal das reuniões da comissão de orçamento e finanças, para monitorar os recursos de assistência social; contribuição nas peças orçamentárias LDO e LOA dos recursos da política de assistência; ampliação do olhar crítico da sociedade civil sobre a questão orçamentária; qualificação da militância popular por SUAS que atenda as necessidades da população; e contribuir para a visão estratégica e planejamento da gestão na aplicação dos recursos”. Edson salienta que essa elaboração foi feita na reunião da comissão de orçamento e finanças, a qual teve a contribuição nas discussões da conselheira Sueleide, dos conselheiros Jailson, Fagner e Jailson. São os cinco representantes desta Comissão. Também houve a participação da secretária Executiva do CMAS, e da auxiliar administrativo, Simone Ribeiro. Edson abre para quem desejar fazer algum questionamento, e após isso colocar para aprovação. Todos aprovam, e Edson passa para o item Informes da pauta. O primeiro informe é em relação a 10ª Conferência Municipal de Saúde, que aconteceu nos dias 17,18 e 19 de maio, onde a presidência do CMAS foi convidado. Edson comenta que a Conferência de saúde foi bem organizada, que a saúde no município é dividida em 8 distritos sanitários, e em cada distrito existe um conselho do Distrito sanitário, que contribui com o Conselho Municipal de saúde. Além do Conselho do Distrito Sanitário, existe o conselho da Unidade, que contribui pro Conselho do Distrito, e contribui para o Conselho Municipal. A única proposta que Edson levou para o grupo, e foi aprovada, foi a proposta da garantia de participação no Fórum Interconselhos. Existiam inúmeras discussões e Edson sugere que na 16ª Conferência Municipal de saúde, o CMAS possa estar lá e participar e cada vez mais, se aproximar mais deste outro espaço de controle social. O prefeito João Campos esteve no primeiro dia da Conferência e anunciou a nomeação de mais de 500 profissionais da saúde, para fortalecer a política de saúde do Município. O próximo informe foi dado pela conselheira Silma, que falou sobre a Semana do bebe do Recife, que será realizada entre os dias 30/05 e 05/06; ela explica que esse

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

evento trata de todas as questões relacionadas à Primeira Infância. A abertura vai ser no Teatro do Parque, a partir das 8:30 da manhã, no dia 30/05. Este ano o evento conta com 450 ações, que vão acontecer durante a semana toda. Na terça terá um encontro com a vice-prefeita sobre o tema Parto Humanizado. Durante a semana irão acontecer várias ações, com todas as secretarias envolvidas com relação a esse tema. Outra agenda de Silma é no próximo dia 14/05, que vai ser lançado o vídeo institucional do projeto Geração Afeto; Este lançamento vai ser no 15º andar do Prédio da Prefeitura, no auditório CAPIBA, e vai ter uma formação sobre a primeira infância. Silma colocará os convites no grupo do CMAS. Fagner também fez um informe, informando que foi discutido no dia 18, pela manhã, na Assembleia dos Trabalhadores da Assistência Social, sobre a construção da pauta Geral e Setorial deste ano. Vai ser referendado na reunião da Atas, fechando os pontos, encaminhando Ofício para o sindicato, e depois para a pauta para Prefeitura e depois para o Conselho. Outra questão, é sobre a última reunião, que contou com a participação Geruza, foi aproveitado o ensejo sobre a questão da Renda Básica, onde ela se propôs ao diálogo, e Fagner gostaria de marcar a data desse encontro, e que Geruza trouxesse uma data para criar um GT com a sociedade civil, com a gestão e com o Conselho para trabalhar a Renda Básica conjuntamente. Fagner pergunta também como está sendo organizada a questão do Plano de Benefícios Eventuais. Edson afirma que depois do Pleno ele falou com Geruza para pensar numa data desse encontro e ela disse que vai ver a agenda dela. Quanto ao pedido de informações sobre o Plano de Benefícios Eventuais, Edson afirma que não conhece esse Plano específico, mas a Secretaria tem a Divisão de Benefícios, que esta na gerência da Proteção Básica e podem solicitar mais informações para serem dadas na Comissão de Articulação e Política ou a Comissão de Orçamento e Finanças. Fagner diz que é sobre o Planejamento de Benefícios Eventuais e que gostaria de saber qual a Comissão mais adequada, e não sendo a comissão de Orçamento da qual ele faz parte, ele gostaria de participar excepcionalmente em outra comissão. Edson diz que pode solicitar a presença da Chefe de Benefícios Eventuais, para fazer essa solicitação. O outro informe é de José Nilton, que diz que a devolutiva aprovada na última reunião de Orçamento e Finanças, ao possível apoio no que se refere a Luta Antimanicomial e também sobre o outro apoio referente a um coletivo que está se firmando junto com o Movimento da população em Situação de Rua e também o Movimento Meninas e Meninos e Ruas e Praças. José Nilton reflete também sobre as possíveis ações para a população em situação de rua, neste momento de Chuvas e o frio, de inverno no município, pergunta também se há pendências para a conclusão e fechamentos da eleição dos novos Conselheiros, já que ele estava na presidência da comissão eleitoral. Edson responde primeiro sobre a questão em relação ao apoio a eventos, este quando é solicitado ao Conselho, se faz uma análise, para ver a possibilidade de execução. Foi pautado isso nos primeiros meses de 2022, foi colocado no planejamento, então espera-se o projeto com as informações do evento, para ver a viabilidade do

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

Conselho contribuir. Em relação à questão eleitoral, ainda tem uma vaga de suplência de trabalhador, e duas vagas de suplência para segmentos da sociedade civil, uma para entidade de assessoramento, e uma para entidade de atendimento. Essas vagas precisam ser pautadas na comissão de articulação e política, no segundo semestre, onde será formada uma nova comissão, um novo edital, para tentar compor as vagas de suplência. Fagner explica que é necessário que exista um projeto de lei que regule benefícios eventuais no Município. Ele gostaria de esclarecimentos sobre a construção do PL. Edson diz que na reunião de orçamento e finanças ele pode explicar, já que está com um projeto e segue alguns trâmites. Edson agradece a presença de todos e encerra a reunião.